

Comissão de Pregão III

Processo Licitatório nº: 06.443/2021

Processo Recurso nº: 09.724/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022.

OBJETO: Aquisição, sob demanda, de GÁS GLP A GRANEL- CILINDRO DE 190 KG, para atender às necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 12 meses.

## I. DAS PRELIMINARES

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela PREGOEIRA da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico n.º 016/2022.

Recurso este, interposto após a 2ª sessão pública do pregão eletrônico em epígrafe realizado no dia 30/03/2022, onde retornou a fase de lances, por inabilitação da empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S. Após recurso administrativo interposto a 1ª sessão pública.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A impugnante sucintamente alega, que **“a redação do item 19.1.1.1, aplicável aos licitantes sediados fora de Nova Friburgo/RJ, implica interpretações diversas...”** “A interpretação do item 19.1.1.1, do Edital, não pode ser outro senão a de que a declaração era, de fato, documento complementar, exigível a partir de provocação do pregoeiro...”

Afirma ainda que, **“A certidão apresentada no arquivo intitulado 18.5. Certidão de Dívida Ativa, informa que consta débito em nome da Supergasbrás corporificado na certidão nº 2022/000.144-8, cuja exigibilidade está plena. Nesse sentido, conclui-se que a aludida empresa não demonstrou plena regularidade com a Fazenda Estadual, em dissonância ao requerido edital.”**

Comissão de Pregão III

**III. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE**

Requer a recorrente:

- a) *“que seja revista a decisão que inabilitou a ULTRAGAZ, com fundamento nas razões ora expostas, culminando na sua confirmação como vencedora do pregão e adjudicatária do objeto licitado e na revogação de todas as decisões subsequentes que fomentaram a habilitação de outro fornecedor; ou,*
- b) *“subsidiariamente e na remota hipótese de não ser julgado procedente o pedido anterior, pugna-se pela inabilitação da SUPERGASBRAS, com fundamento em sua irregularidade fiscal, conforme acima explanado. “*

**IV. DAS CONTRARRAZÕES**

“Diante do exposto, a Recorrida requer o conhecimento deste contra recurso administrativo, pois tempestivo, para:

No mérito, dar integral provimento ao presente contra recurso administrativo, de modo a observar todos os princípios jurídicos elevados pela Lei de Licitações, mormente os princípios da isonomia, da igualdade, da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, a fim de que tudo o que foi fartamente narrado e comprovado seja utilizado para fundamentar e ratificar a respeitável decisão administrativa de inabilitação da Recorrente COMPANHIA ULTRAGAZ, mantendo a declaração de inabilitação, por ser esta, no presente caso, a única medida dotada de respeito e atenção à JUSTIÇA.

Na hipótese não aguardada de manutenção da decisão administrativa de inabilitação da Recorrente por parte de Vossa Senhoria, a Recorrida requer a remessa dos autos à autoridade superior hierárquica para que tomando conhecimento do caso, promova seu julgamento.”

Comissão de Pregão III

**V. DA ANÁLISE E DECISÃO**

Trata-se de intensão de recurso interposta pela empresa **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A** após a 2ª sessão pública do pregão eletrônico em epígrafe realizado no dia 30/03/2022, onde retornou a fase de lances, por inabilitação da recorrente. Após recurso administrativo interposto a 1ª sessão pública.

Pois bem, imperioso destacar os acontecimentos exarados no Processo Administrativo nº 05.865/2022, no qual encontram-se protocoladas as razões recursais da empresa **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA**, alega a RECORRENTE, em síntese:

- a) Que “os documentos apresentados pela ... licitante, doravante Recorrida, a Recorrente constatou que a publicação do ato constitutivo (estatuto social) por ela apresentado, não está registrado na Junta Comercial afrontando à cláusula 17.3 do edital e estando em desconformidade com a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conhecida como Lei das S/A)...”
- b) Afirma ainda que, “a Recorrida também apresentou a Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho de outra filial deixando de atender a cláusula 18.7 do edital...”
- c) Afirma que a recorrida, “...Ainda, deixou de apresentar o documento exigido no item 19.1.1.1”, qual seja “DECLARAÇÃO PASSADA PELO FORO DE SUA SEDE OU QUALQUER OUTRO DOCUMENTO IDÔNEO QUE INDIQUE OS CARTÓRIOS OU OFÍCIOS DE REGISTRO QUE CONTROLAM A DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE FA-LÊNCIAS E CONCORDATAS.”
- d) E por fim, alega ainda que “a Recorrida deixou de comprovar o exigido no item 19.2 do edital: 19.2 Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.”

Pontualmente passamos a esclarecer que:

- a) quanto ao Estatuto Social da empresa consta registrado na JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) sob o nº de Protocolo 0.336.585/21-4.

Comissão de Pregão III

- b) Quanto a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista apresentada, foi possível verificar respectiva regularidade trabalhista da filial participante da licitação, conforme determina o item 16 do edital, assim com validade da mesma de 05/04/2022, através da integração automática do SICAF com o sistema emissor de certidões do sistema do Tribunal Superior do Trabalho – TST.
- c) Quanto à Certidão de Falência Concordata expedida pela comarca de Duque de Caxias, sede da filial participante da licitação, de fato a empresa não encaminhou o documento que trata o item 19.1.1.1, não tendo esta pregoeira diligenciado, na ocasião, solicitando a empresa o envio de tal documento, de forma complementar, conforme autoriza o próprio texto do item 19.1.1.1 do edital.
- d) Quanto a Certidão de Falência e Concordata da Matrix pode ser verificado na própria Certidão de Falência e Concordata, emitida pelo poder judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, fls. 340 dos autos, a mesma abrange todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo, atendendo assim, s.m.j. a comprovação que trata o documento complementar exigido no item 19.1.1.1 do instrumento convocatório.
- e) Por fim, conforme verificado no Estatuto Social da empresa recorrida, a empresa comprova Capital Social no valor de R\$ 1.035.385.011,07 (um bilhão, trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, onze reais e sete centavos), bem acima do mínimo requerido para a contratação de aproximadamente R\$ 10.630,62 (dez mil seiscentos e trinta reais e sessenta e dois centavos).

Instada a Procuradoria Geral do Município a se manifestar acerca da possibilidade de diligência, em sede recursal, conforme previsto no item 28.5 do instrumento convocatório, com o intuito de complementar a documentação apresentada pela empresa com fulcro nos itens 16.2.2 e 19.1.1.1 do edital, a fim de subsidiar a decisão, ante o recurso interposto:

*“O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, como leciona Licínio Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p. 530):”*

Comissão de Pregão III

***“Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93)”. (grifo nosso)***

*“Portanto, se a recorrida não apresentou sua documentação em conformidade com o estabelecido no edital, **deve** ser inabilitada.”*

Então, esta Comissão de Pregão III representada pela Pregoeira, sustentada pelo parecer jurídico da Duta Procuradoria Geral municipal, deu provimento o recurso interposto, Inabilitando a empresa **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.**

Eis que, quando da reabertura da licitação, tendo sido a empresa **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA** declarada vencedora, a empresa **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.**, em sede de razões recursais alega:

***“a redação do item 19.1.1.1, aplicável aos licitantes sediados fora de Nova Friburgo/RJ, implica interpretações diversas...” “A interpretação do item 19.1.1.1, do Edital, não pode ser outro senão a de que a declaração era, de fato, documento complementar, exigível a partir de provocação do pregoeiro...”***

***Afirma ainda que, “A certidão apresentada no arquivo intitulado 18.5. Certidão de Dívida Ativa, informa que consta débito em nome da Supergasbrás corporificado na certidão nº 2022/000.144-8, cuja exigibilidade está plena. Nesse sentido, conclui-se que a aludida empresa não demonstrou plena regularidade com a Fazenda Estadual, em dissonância ao requerido edital.”***

Instada à Procuradoria Geral municipal a se manifestar, conforme parecer acostado às fls. 14 à 20 (em anexo a esta decisão), *“opinando pelo retorno do procedimento à Comissão de Pregão III para ciência e adoção de providências de sua competência.”*



Comissão de Pregão III

Diante disto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sustentado pelo parecer jurídico da Procuradoria Geral municipal, parte integrante desta decisão, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 16/2022, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela **INABILITAÇÃO** da empresa **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA**, retornando à fase de habilitação das empresas para revisão do ato desta pregoeira quanto a inabilitação da empresa **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.**

Atenciosamente,

Nova Friburgo, 10 de maio de 2022.

**Eliza Souza Machado**  
Pregoeira – Comissão de Pregão III